

ANA FLÁVIA BORGES PAULINO

**CNJ:
O REGULADOR
DA ATIVIDADE
JUDICIÁRIA**

**PREFÁCIO:
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Ana Flávia Borges Paulino

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P328c

Paulino, Ana Flávia Borges

CNJ : o regulador da atividade judiciária / Ana Flávia Borges Paulino.

– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

132 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 107-121.

ISBN 978-65-5510-903-0

1. Conselho Nacional de Justiça (Brasil). 2. Poder judiciário – Brasil. 3. Poder regulamentar – Brasil. 4. Eficiência (Direito). 5. Direito constitucional – Brasil. I. Título.

CDD 347.81012

Sumário

Lista de Siglas e Abreviaturas.....	IX
Prefácio	1
Introdução.....	3
1 Estado Regulador, seu Surgimento e Evolução no Brasil	7
1.1 A ideia de um Estado Regulador	11
1.2 A prestação de serviço no Estado Regulador.....	16
1.3 Primeiros passos a caminho de formação das agências reguladoras.....	18
2 As Agências Reguladoras	21
2.1 As autarquias de regime especial no Brasil.....	22
2.2 As características da agência reguladora	24
2.3 Do poder normativo	32
2.4 Da existência de controle.....	33
3 O Conselho Nacional de Justiça.....	37
3.1 Da motivação da criação do CNJ	37
3.2 Da atuação do CNJ	45
3.3 A busca pela eficiência no CNJ	58
4 Desenvolvimento das Atividades do CNJ.....	61
4.1 CNJ x Agência reguladora.....	61
4.2 Etapas/requisitos do processo normativo legalmente previstos para o CNJ	65

4.3 Evolução de etapas no progresso do procedimento normativo	74
4.4 Meios no CNJ para garantia de eficácia e eficiência das Resoluções.....	77
5 Necessidade de Consolidar o CNJ como Órgão Regulador de Fato e de Direito	79
5.1. Da importância da classificação do CNJ como um órgão regulador	79
5.2 Necessidade da transparência e acesso à informação	81
5.3 Da importância da mensuração de dados.....	83
5.4 Da consideração da <i>accountability</i>	84
5.5 Das sugestões de estratégias regulatórias.....	87
5.5.1 Regulação responsiva	88
5.5.2 Benchmarking e regulação sunshine	93
5.6 A necessidade da Análise de Impacto Regulatório.....	96
Considerações Finais.....	103
Referências	107